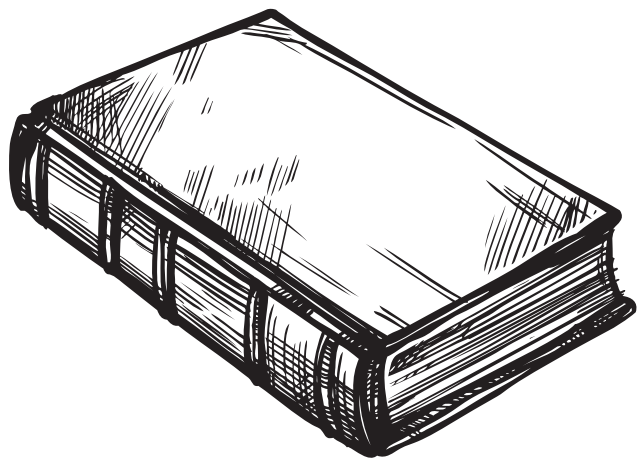


Samantha Mello

POR TRÁS DE UM PROCESSO

Crônicas de uma juíza do trabalho

Editora Penalux, 2020



SEU JOÃO E O ESTADO MÍNIMO

A história do seu João¹ não aconteceu hoje, tem um tempinho já. Mas é daquelas que doem tanto que a gente nem consegue escrever.

Tem dias, na verdade, que eu nem escrevo e nem consigo parar de pensar.

Um tempo atrás, seu João fez acordo com a empresa para por fim a um processo trabalhista. Em audiência, as partes se acertaram e na ocasião, sabendo a empresa que ele precisava operar de um problema não relacionado ao trabalho, ofereceu manter o plano de saúde por um tempo para que ele pudesse operar.

Não fui eu quem homologou o acordo, mas seria eu a encontrá-los novamente numa audiência.

Passados seis meses do acordo original e após provocar uma resposta em algumas oportunidades, a empresa pede uma audiência para definirem quando seria realizada a cirurgia e cessado o plano de saúde.

1. Nome fictício para preservar a identidade do trabalhador.

Marco a audiência e na data esperada seu João chega desconfiado. Diz pelo patrono que não tem previsão de operar e que não pode ficar sem o plano. A empresa do outro lado diz que o ajuste era humanitário, pois ela não tinha obrigação (e não tinha mesmo) e que não pode ser perpétuo.

Um novo ajuste sobre o plano não avança.

Resolvo entender melhor a situação que parecia sem nenhuma solução possível. Peço licença ao patrono para conversar direto com seu João. Ele concorda.

Pergunto como vão as consultas, que é que o médico diz, se ele sente muitas dores, quais remédios ele toma. Já menos desconfiado seu João me conta que não tem ido ao médico, pois “não tem dinheiro para passagem”. Diz ainda que mesmo se fosse, os remédios que eles passam não têm no posto e ele não pode comprar.

Seu João, o Sr. concorda comigo que ter plano desse jeito não adianta? Ele diz que sim e completa:

“Dra, minha filha tá doente e o nome da doença eu não sei. É uma coisa que dá em gente que só come arroz e feijão. Em casa não

tem carne. A gente tem vivido de caridade dos vizinhos. Eu tô doente e não posso trabalhar. Minha mulher não arruma emprego porque acham que a gente com mais de 50 anos é velho. E minha filha tem isso aí que eu disse pra Sra. tem dias já que nem sai da cama.”

(A essa altura uma advogada que aguarda para despachar chora na sala de audiência. É duro olhar para miséria. Ela grita. Alto.)

Pergunto agora ao patrono da empresa se posso conversar direto com o preposto. Eu sempre peço licença porque acho invasivo não fazer assim. Ele também concorda.

Sugiro que ele ligue na empresa e veja quanto custa o plano de saúde. Na mesa ele liga e dali me informa: R\$103,00. Explica-me que é plano coletivo, por isso o preço. Pergunto se é possível chegarmos em R\$200,00. Antes mesmo de ele responder digo que me sinto constrangida em pedir que a empresa pague além do devido, mas que estamos diante de um caso que não me dá alternativa.

Ele não liga e concorda com o valor. Diz que seu João era bom empregado e que, se não fosse por terem fechado a planta de Santo André, ele teria emprego até hoje.

Sugiro que os R\$200,00 sejam custeados por 12 meses, como forma de garantir ao menos uma boa feira ou alguma comprinha no mercado para o seu João. A empresa outra vez concorda. O patrono do seu João abre mão dos honorários. Ajustamos que o depósito será na conta da esposa.

Novo acordo homologado.

Eu não pude deixar de pensar, naquele momento e agora, no Estado mínimo que tanto pregam. Estado mínimo para quem não tem nenhum Estado? Seria até interessante.

As pessoas não tem a menor noção de como vive a nossa população. Só não sei se é ignorância ou má-fé.

Desejo que, em 2020, seu João, esse e outros tantos que ainda não conheci, tenham acesso a uma vida mais digna, menos sofrida. Que não falte alimentação, remédio, emprego e esperança.

DOS DIAS EM QUE A GENTE TEM CERTEZA QUE ESTÁ EXATAMENTE ONDE DEVERIA ESTAR

Pauta atrasada. Nada de novo. Versões da empresa e do reclamante absolutamente incompatíveis.

Cada um apresenta uma testemunha.

Versões seguem incompatíveis.

Acareação, ou seja, colocar um de frente para o outro, tipo a tia do primário quando queria restabelecer a paz entre os coleguinhas. Nada.

Resolvo fazer uma constatação judicial. A empresa ficava literalmente ao lado do fórum.

Liga para o oficial de justiça que está no plantão.

Pega café. Espera.

Uma hora já se passou desde o início da audiência. Na iminência da constatação sai o acordo. Vamos lá. Próximo.

Pauta ainda mais atrasada. Pelo menos umas oito instruções pela frente quando na

mesa se apresenta pai (reclamado) e filho (reclamante).

“Dra, a competência não é da Sra., o “x” trabalhava em outra comarca, nisso nós já acordamos, mas o reclamado gostaria de tentar compor antes de remeter para lá. A Sra. pode ajudar?”

Olho para pauta. 1h30 atrasada. As oito instruções pela frente sinalizam para acolher à exceção. Tentar compor com pai e filho em lados opostos é sempre delicado, demorado, complexo. Já conciliei irmãos. Sei bem.

Como é que recusa? Penso (e vejo na cara do pai) na angústia da situação.

Tá certo Dr, vamos lá.

Ele faz conta, eu faço conta, o filho faz conta. É claro que ninguém está ali por descumprimento de obrigações trabalhistas. Quando o dinheiro não é uma questão o acordo se torna, na verdade, uma grande sessão de terapia em conjunto.

Surge a questão de um empréstimo e de uma moto. Não tenho competência pra nenhuma daquelas matérias. Refaz conta. Tira isso, bota aquilo. O filho não quer acordo.

O que ele quer não tem juiz que possa dar.

Já estamos a meia hora negociando, vou adiantando outros acordos. Os advogados da sala entendem o que se passa na mesa. Ninguém reclama do atraso.

Peço licença à patrona, coloco o filho numa cadeira próxima a mim, desenhamos juntos uma conta justa. Ele é jovem. Como eu fui. E quando jovem deixei de falar com meu pai por muito tempo (dois anos talvez?). Mas a vida trata de ensinar que algumas coisas não valem a pena. Nunca.

Falo pra ele que tem coisas que a Justiça não pode resolver. Mas resolvendo esse processo, talvez o tempo ajeite as outras.

Todos saem, vão pensar.

Toco a pauta.

Eles voltam.

Fecham o acordo. Os semblantes seguem carregados, mas é possível ver o alívio do pai reclamado. Os advogados da sala sorriem. Todos torciam pelo acordo. Alguns são pais, outros são filhos. Todos sabem o peso do cenário.

Ata lavrada, dispensados.

“Dra., posso falar com a Sra?” – Pergunta o pai.



LIVROS ILUMINAM

Impresso em Pólen Soft 80g/m²
São Paulo para Editora Penalux, em julho de 2020.